

Aplicabilidade do Princípio Contábil da Entidade Aos Supermercados Localizados no Município de Irupi-es

Elcilene Ester de Abreu
elcileneester@yahoo.com.br
Doctum

Lucieni Bello de Freitas
lucienibello@hotmail.com
Doctum

Fernanda Matos de Moura Almeida
fernandamoura15@gmail.com
Doctum

Resumo: O objetivo da presente pesquisa foi identificar a aplicabilidade do Princípio da Entidade no ramo de supermercados da cidade de Irupi-ES. Considerando a importância da contabilidade para as empresas, e assim, dos princípios fundamentais de contabilidade, destacou-se aqui o princípio da entidade que trata da separação entre pessoa física e jurídica. O referencial teórico trata sucintamente da abordagem contábil nas empresas. Quanto aos métodos adotados para a realização da pesquisa, foram utilizadas a pesquisa descritiva, bibliográfica e de levantamento de dados. O instrumento para coleta de dados foi um questionário aplicado por meio de visita in loco, diretamente ao proprietário de cada supermercado. Os supermercados foram denominados A e B para preservação da identidade dos mesmos. O que se observou com essa pesquisa é que o princípio da entidade não é observado nos supermercados. Os proprietários demonstraram falta de conhecimento sobre o assunto.

Palavras Chave: Princípio da entidade - supermercado - Irupi-ES - -

1. INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos a contabilidade vem se destacando, com um papel fundamental no controle e administração da riqueza gerada pelas empresas (IUDÍCIBUS, 2006). Os contadores devem estar sempre atentos às alterações havidas nas normas legais que direcionam a sua atuação, bem como as que conferem direitos e obrigações às empresas. O contador é, portanto, parte fundamental no processo de formação e informação das empresas, fazendo parte da sua atividade a formalização, o controle e apuração dos resultados obtidos pela empresa, evidenciando lucros, prejuízos, direitos e obrigações (MARION, 2003).

A Contabilidade é uma ciência social que tem um vínculo, que lhe é próprio, com a riqueza patrimonial das pessoas e entidades, tornando-se relevante à proporção em que há desenvolvimento social, econômico e tecnológico sendo seu alicerce princípios, leis e outras normas decorrentes das relações sociais entre pessoas e órgãos em geral (IUDÍCIBUS, 2006; MARION, 2003; FORTES, 2001).

Segundo Iudícibus e Marion (2002), a finalidade da Contabilidade seria de fornecer informação estruturada de natureza econômica, financeira, física, de produtividade e social, aos usuários internos e externos da entidade, objeto da Contabilidade, auxiliando na tomada de decisão.

Para auxiliar a gestão das entidades foram criados princípios ou postulados que constituem de fato o núcleo central da estrutura contábil, delimitando como a profissão irá posicionar-se diante da realidade social, econômica e institucional admitida pelos postulados (MARTINS; IUDÍCIBUS; GELBCKE, 2006).

De acordo com Brasília (1994), o Princípio da Entidade, objeto de investigação desta pesquisa, é um dos pilares de uma entidade, e mesmo que não haja uma hierarquia de um princípio sobre o outro é nele que se fundamentam todos os demais princípios.

Em sua essência, o Princípio da Entidade reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma que este deve estar imbuído de autonomia patrimonial, sendo necessário para isso, que haja a diferenciação entre os patrimônios existentes, ou seja, o patrimônio das entidades não deve se confundir com o patrimônio dos sócios (BRASÍLIA, 1993).

Diante do exposto, o objetivo desta pesquisa é identificar a aplicabilidade do Princípio da Entidade no ramo de supermercados da cidade de Irupi-ES.

Considerando que a contabilidade auxilia as empresas como provedora de informações, para o processo decisório das entidades, o presente trabalho torna-se relevante em termos de atualidade ao estudo aprofundado da teoria contábil, no que se refere ao postulado da Entidade.

Em relação à metodologia, esse trabalho se propôs a realizar uma pesquisa descritiva quanto aos objetivos a serem alcançados, e bibliográfica quanto aos procedimentos de coleta de dados.

Os próximos tópicos apresentam uma revisão bibliográfica sobre o tema abordado na pesquisa, os métodos adotados, a discussão dos dados e a conclusão.

2. CONTABILIDADE

A contabilidade é uma das ciências mais antigas do mundo, mesmo as civilizações mais arcaicas já usavam a contabilidade para demonstrar fatos, mensurar, comunicar e informar. Ao longo do tempo essa ciência vem sofrendo mutações e adaptações que visam servir como ferramenta de trabalho para os usuários internos e externos das organizações.



Somente em torno do século XV é que a contabilidade alcançou uma fase denominada pré-científica atingindo um estágio de desenvolvimento notório (IUDÍCIBUS, 2000).

Segundo Marion (2005), o objetivo da contabilidade é fornecer informações relevantes para a tomada de decisão dos usuários e para isso utiliza de coleta de dados econômicos para mensurar e registrar os dados em forma de relatórios.

A informação contábil qualificada deve proporcionar características suficientes sobre a entidade de maneira a facilitar aos usuários a concretização de seus propósitos (BRASÍLIA, 1993).

2.1. ESTRUTURA CONCEITUAL BÁSICA DA CONTABILIDADE

De acordo com Iudícibus, Marion e Gelbcke (2006), a estrutura conceitual da contabilidade engloba os postulados, os princípios e as convenções contábeis. Os princípios e postulados formam a linha teórica básica que deve ser seguida enquanto que as convenções também conhecidas como restrições aos princípios contábeis fundamentais representam certos condicionamentos de aplicação, em uma ou outra situação prática.

Os postulados, em qualquer ciência, são os pilares da mesma. No caso, estes são a base de toda teoria contábil. São verdades absolutas em si mesmas e que permitem a existência da contabilidade. São classificados como postulados: Entidade e Continuidade (IUDÍCIBUS, 2006).

Princípios são os padrões técnicos e práticos aplicados. No caso da contabilidade são os princípios que regulamentam, ou certificam, a maneira como a contabilidade é aplicada, ou seja, feito os lançamentos. São princípios: Oportunidade; Registro pelo valor original; Atualização monetária; Competência e Prudência (FAVERO et al., 1997).

Convenção é um conceito que serve como um guia para o profissional da área contábil, normatizando padrões de conduta na hora de escriturar os fatos contábeis. São eles: Objetividade; Conservadorismo ou Prudência; Materialidade e Evidenciação (MARION, 2005).

2.2. O PRINCÍPIO DA ENTIDADE CONTÁBIL

A entidade contábil pode ser um indivíduo, uma pessoa jurídica, uma divisão da empresa ou diversas empresas coligadas, onde a escolha da entidade apropriada e a definição dos seus limites dependem dos interesses e objetivos dos proprietários (HENDRIKSEN; BREDA, 1999).

Na visão de Favero *et al.* (1997), em Contabilidade, entidade é qualquer pessoa, empresa, etc, que produzam relatórios distintos entre receitas e despesas para apurar seus resultados. Essas entidades são analisadas de acordo com os seguintes aspectos: Jurídico, Econômico, Organizacional e Social.

“Um enfoque à definição da Entidade Contábil consiste em determinar a unidade econômica que exerce controle sobre recursos, aceita responsabilidade por assumir e cumprir compromissos e conduz a atividade econômica” (HENDRIKSEN; BREDA, 1999, p. 104).

Diante disso Almeida (2000), afirma que o Princípio da Entidade trata basicamente da relação entre a empresa (ou entidade) e o seu dono, em outras palavras, da separação que a Contabilidade faz entre o patrimônio da companhia e o patrimônio dos proprietários. A escrituração das contas do proprietário deve ser feita separadamente das contas da empresa, a



fim de que os registros contábeis sejam os mais claros e corretos possíveis no que diz respeito à situação financeira da companhia.

Vendrame (1998, p. 15) explica que:

O patrimônio da pessoa natural é distinto do da pessoa jurídica. Além de princípio legal, é altamente saudável para a empresa manter distinção das despesas próprias das despesas dos sócios, ou seja, manter distinto o numerário em caixa da carteira do sócio.

Para Iudícibus e Marion (2002), o Princípio da Entidade pode ser considerado como a armação de toda estrutura da disciplina, constituindo o início do encadeamento do raciocínio contábil. Tal Princípio se torna ainda mais importante quando correlacionado com Princípio da Continuidade, que está condicionado às mutações patrimoniais que podem definir a permanência das entidades no mercado ou a sua dissolução (BRASÍLIA, 1993).

Sem a diferenciação dos patrimônios não existe a autonomia patrimonial inerente ao patrimônio das entidades, e fazer com que a empresa permaneça em funcionamento por tempo indeterminado torna-se uma tarefa ainda mais difícil para empresários e administradores (BRASÍLIA, 1993).

3. METODOLOGIA

Segundo Lakatos e Marconi (1991) a metodologia é a descrição dos procedimentos a serem seguidos para alcançar os objetivos propostos na pesquisa.

Essa pesquisa buscou descobrir como é aplicado o Princípio da Entidade no ramo de supermercados da cidade de Irupi-ES, evidenciando portanto a importância da informação contábil para a tomada de decisão das empresas, tomando como base esse princípio que é um dos pilares da entidade.

A escolha da população e amostra se deu pela acessibilidade, que segundo Vergara (2006), um critério de seleção que pode ser usado é a facilidade de acesso.

Utilizou-se como metodologia a pesquisa descritiva e bibliográfica. Isso se justifica pelo fato de serem descritos no decorrer da pesquisa a aplicabilidade do Princípio da Entidade, e para tanto, necessário se fez realizar diversas pesquisas em artigos científicos, livros, sites especializados.

Foi utilizado um questionário estruturado como instrumento de coleta de dados, aplicado aos 03 supermercados atuantes na cidade envolvida na pesquisa, entretanto, 01 deles não respondeu ao questionário.

Os dados obtidos na pesquisa com os supermercados foram analisados, de acordo com o que fora diagnosticado.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Denomina-se como supermercado A e B para preservar a identidade dos participantes da pesquisa.

O proprietário do supermercado A, já atua no ramo na cidade de Irupi há mais de 10 anos e o proprietário do supermercado B entre 01 a 05 anos, sendo que o proprietário A optou por esse ramo visando lucro e o proprietário B por herança familiar.

Segundo Longenecker, Moore e Petty (1997), as oportunidades surgem em tempo real. Para que um empreendedor obtenha êxito no seu empreendimento, é necessário que a oportunidade esteja aberta e permaneça aberta por tempo indeterminado.

Quando questionados sobre quais os tipos de controle financeiro utilizados na empresa, ambos responderam que têm controle de contas a pagar, contas a receber, compras, e controle de vendas. Só não controlam caixa/bancos.

Para Fontes (2010), um dos grandes desafios das pequenas e médias empresas é manter controles financeiros eficientes em função das diversas tarefas do dia a dia. Portanto, em situações que os gestores não possuem nenhum tipo de controle financeiro ou o atual não atende suas necessidades, o primeiro passo é uma Reestruturação Financeira.

Foi questionado o meio de pagamento de fornecedores e o proprietário do supermercado A, faz pagamentos à vista, com cheque da empresa e duplicatas e o supermercado B, faz os pagamentos apenas com cheques da empresa e duplicatas.

Quando se procurou saber a forma dos recebimentos da empresa, o sócio/proprietário do supermercado A afirmou que alguns recebimentos passam pela conta dos sócios ou proprietário da empresa, o proprietário do supermercado B, disse que todas as movimentações são recebidas pelo caixa da empresa.

Houve interesse das pesquisadoras em saber se existe vínculo entre a empresa (caixa) e as contas particulares dos proprietários. O proprietário do supermercado A, afirmou haver vínculo uma vez que usa o dinheiro da empresa para manutenção de um sítio, o proprietário do supermercado B afirma não existir vínculo algum.

Diante desses questionamentos constatou-se a não aplicabilidade do Princípio da Entidade por parte do sócios/proprietário do supermercado A, respondendo assim o objetivo dessa pesquisa.

Segundo Hendriksen e Breda (1999) muitos dos empresários e administradores não praticam o Princípio da Entidade, pois misturam ou confundem finanças pessoais com finanças empresariais. Aham que a empresa é uma continuação da casa, ou do lar.

Quando questionados a respeito do Princípio da Entidade, ambos afirmam ter prévio conhecimento do assunto, embora ao dar continuidade no questionário, o sócio/proprietário do supermercado A, demonstra ferir o Princípio da Entidade por diversas vezes quando afirma pagar despesas particulares com dinheiro da empresa uma vez que a retirada de pró-labore não é o suficiente para a manutenção do padrão de vida do sócio/proprietário. Já o proprietário do supermercado B afirma agir de acordo com o referido princípio.

Um ponto a observar é que quando questionados sobre a utilização dos veículos da empresa, ambos afirmam usá-los para fazer viagens, passeios e outras atividades com sua família, demonstrando que assim como o sócio/proprietário do supermercado A, o sócio/proprietário do supermercado B, acaba ferindo o Princípio da Entidade, pois o veículo é um bem da empresa e não do sócio/proprietário.

As respostas obtidas são referendadas teoricamente por Sá (2000), ao descrever que o Princípio da Entidade ressalta a necessidade de se manter a autonomia patrimonial por meio da distinção entre o patrimônio da entidade e o dos sócios.

Quando questionados sobre as contas bancárias e despesas dos sócios e da empresa se essas são distintas, ambos afirmaram ter contas bancárias distintas, porém o sócio/proprietário do supermercado A não faz separação entre as despesas, pois não vê problemas uma vez que toda movimentação é realizada por ele mesmo. Já o sócio/proprietário do supermercado B, percebe que as movimentações precisam ser distintas.

Observou-se ainda contradição nas respostas apresentadas pelo sócio/proprietário A em relação à contribuição da contabilidade para a prosperidade da empresa, onde este afirma utilizar da contabilidade, mas toma decisões por conta própria, não fazendo distinção entre as despesas da empresa e dos sócios, o que poderá levar a empresa à falência.

5. CONCLUSÃO

A fim de responder ao objetivo proposto pela pesquisa, e de acordo com os dados coletados nos supermercados da cidade de Irupi/ES, observou-se que, apesar dos sócios/proprietários possuírem conhecimento prévio do assunto foi possível identificar a não aplicabilidade do Princípio da Entidade nos dois supermercados e de forma mais acentuada no supermercado A.

Percebeu-se que o supermercado A, apesar de ter conhecimento prévio sobre o assunto não se atenta à aplicabilidade dos princípios propriamente ditos, influenciando nos resultados da empresa.

Porém no supermercado B, observou-se que embora não tenha um conhecimento aprofundado sobre o assunto, o sócio/proprietário busca cumprir o Princípio da Entidade, entretanto acaba ferindo esse princípio pela falta de informações, visto que pelas respostas apresentadas a percepção do sócio/proprietário está somente em relação à distinção das despesas da empresa, mas confunde o patrimônio, entre outras coisas.

Entende-se que a contabilidade se usada de forma correta para ambos os sócios/proprietário dos supermercados participantes da pesquisa, poderia auxiliá-los de forma significativa contribuindo para a prosperidade da empresa. No caso do supermercado B, esse seria um dos pontos cruciais para seu crescimento, pois nota-se que apesar estar no mercado há menos tempo vem buscando o caminho para seu crescimento, mas necessita de informações úteis e em tempo real no que diz respeito à contabilidade.

6. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. C. Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade. São Paulo: Atlas, 2000.

BRASÍLIA, 1993. Resolução nº 750 de 29 de Dezembro de 1993. Conselho Federal de Contabilidade.

BRASÍLIA, 1994. Resolução nº 774 de 16 de Dezembro de 1994. Conselho Federal de Contabilidade.

FAVERO, H. L. et al. Contabilidade: Teoria e prática, v.1.2. ed. – São Paulo: Atlas, 1997.

FONTES, C. L. de M. A Importância dos Controles financeiros Básicos. 2010. Disponível em <http://www.administradores.com.br/informe-se/artigos/a-importancia-dos-controles-financeiros-basicos/45243/>. Acesso em: 15 nov. 2011.

FORTES, J. C. Manual do Contabilista. Vitória: Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo, 2001.

HENDRIKSEN, E. S.; BREDA, M. F. V. Teoria da Contabilidade. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, S. de. Teoria da Contabilidade. 6.ed. – São Paulo: Atlas, 2000.

IUDÍCIBUS, S. de; MARION, J. C. Introdução à Teoria da Contabilidade para o Nível de Graduação. 3.ed. – São Paulo: Atlas, 2002.



IX SEGeT 2012

**SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM
GESTÃO E TECNOLOGIA**

Tema: Gestão, Inovação e Tecnologia para a Sustentabilidade

IUDÍCIBUS, S. de; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R. Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações: Aplicável às demais sociedades. 6.ed. rev. e atual. – 9.reimpr. – São Paulo: Atlas, 2006.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. Fundamentos de Metodologia Científica, 3. ed., rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1991.

LONGENECKER, J. G.; MOORE, C. W.; PETTY, J. W. Administração de Pequenas Empresas: Ênfase na gerência empresarial. São Paulo: Makron Books, 1997.

MARION, J. C. Contabilidade Empresarial. 10. ed.- São Paulo: Atlas, 2003.

MARION, J. C. Contabilidade Empresarial. 11.ed. – São Paulo: Atlas, 2005.

SÁ, A. L. de. Princípios Fundamentais de Contabilidade. 3.ed. – São Paulo: Atlas, 2000.

VENDRAME, A. C. F. Contabilidade Geral: Uma nova maneira de aprender. – São Paulo: LTR, 1998.

VERGARA, S. C. Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração. 9.ed. – São Paulo: Atlas, 2006.